

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGA

Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil

ACTA Nº 4

Ao décimo segundo dia do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, reuniu no Salão Nobre da Câmara Municipal de Braga, da cidade de Braga, a Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil da Assembleia Municipal de Braga, convocada nos termos do disposto no artigo 47º do Regimento da Assembleia Municipal, pelo Senhor Presidente, Joaquim Barbosa, com início pelas 21.30 h, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Aprovação da ata da reunião anterior;-----
2. Informação prestada pelo Sr. Vereador João Rodrigues sobre a criação da Unidade de Execução nº. 7 das Sete Fontes;-----
3. Informação prestada pelo Sr. Vereador João Rodrigues sobre a atual situação de alteração do PDM; -----
4. Análise da organização no primeiro trimestre de 2023 de uma conferência sobre o Rio Este; -----
5. Outros temas introduzidos pelos senhores deputados.-----

Estiveram presentes os membros:-----

Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, pelo PSD. -----

Maria do Pilar de Araújo Teixeira, pelo PSD. -----

João Orlando Travassos de Freitas Alcaide. -----

José Raúl Rodrigues em substituição de Natacha Sofia Miranda Fontes, pelo PSD.-----

Fernando Silva Alberto Oliveira da Costa e Silva, Presidente da UF Escudeiros e Penso, pelo PSD. -----

José Pedro Pires Machado, pelo PS.-----

Pedro Afonso Teles em substituição de Catarina Ribeiro Lourenço Ribeiro, pelo PS.-----

Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, pelo PS.-----

Bruno Gonçalves Alexandre Rocha Gonçalves, pelo PS.-----

Daniel Fernandes Pinto, pelo CDS-----

Pedro Miguel Casinhas em substituição de João Jorge Ferreira Batista, pela CDU-----

Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, pelo PPM.-----

António Lima em substituição de Sandra Cristina Andrade de Carvalho, pelo BE----Tiago

Jorge Monteiro Teixeira, pelo PAN.-----

Participaram também, mas na qualidade de observadores:-----

André Costa Castanho Correia, pela CDU.-----

Francisco Nuno Ferreira, pelo IL-----

Isabel Margarida Marques Pereira Lopes Moreira, pelo Aliança. -----

João Filipe Monteiro Marques, pelo PSD-----

Faltaram os membros:-----

João da Silva Oliveira, pelo Grupo Independente das Freguesias-----

O Presidente desta Comissão, **Joaquim Barbosa**, iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes. De seguida, justificou a necessidade de esta reunião ter sido adiada pela realização de algumas reuniões da Assembleia Municipal, quer ordinárias quer extraordinárias; a realização da reunião da CIM Cávado e de outras atividades partidárias.

Passou-se então ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** no qual a ata da sessão anterior foi colocada a votação sendo aprovada com quatro abstenções.-----

Dando início ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Informação prestada pelo Sr. Vereador João Rodrigues sobre a criação da Unidade de Execução nº. 7 das Sete Fontes - **Joaquim Barbosa** começou por agradecer a presença do senhor Vereador João Rodrigues e sugeriu que o mesmo fizesse uma apresentação em relação ao assunto em discussão. Pede que os membros desta Comissão se inscrevam depois para fazerem as suas intervenções e, em relação aos observadores, diz que se sintam à vontade para também intervir.-----

O Senhor Vereador **João Rodrigues** começou também por cumprimentar todos os presentes e diz preferir que os deputados coloquem questões uma vez que o dossier é muito conhecido de todos os presentes, e em termos de novidade só consta a perequação, ou seja, da forma como se atribuem direitos e ónus desta unidade de execução. Acrescenta que, no fundo, o que aqui está é o que já foi aprovado, e que já foi aprovado no plano de urbanização das Sete Fontes. Esclarece que se está a referir à unidade de execução número 7, que é a que consta no ponto da ordem de trabalhos que está em discussão.-----

Começou por intervir o Sr. Deputado **Bruno Gonçalves** que, depois de agradecer a presença do senhor Vereador, começou por dizer que o que vimos até à data era que existe um plano de pormenor apresentado pelo executivo que estava em funções na altura. Diz que houve uma falta de consenso político na altura, mas que somos livres de mudar de posição uma vez que as causas também vão avançando. Acrescenta que o que se viu já aprovado não neste mandato, mas já no anterior foi um plano de urbanização. Houve um conjunto de técnicos contratados pelo município para prestarem esclarecimentos e que concluíram que este plano de urbanização seria, pelo menos, suficiente. Assim, diz que não se percebe porque é que passados 10 anos se inverteu aquilo que era a falta de consenso político. Inquire como é que tem avançado o processo de negociação com os diferentes proprietários dos terrenos que fazem parte do parque das 7 Fontes e também quer perceber se, com esses proprietários, existem contratos de contrapartida para aqueles que perdem capacidade construtiva nos terrenos.-----

O Senhor Vereador **João Rodrigues** respondeu dividindo a sua resposta em dois pontos diferentes. Primeiro fazendo uma análise mais política do que técnica: uma das expressões que reteve foi dizer-se que “ao fim de uma década perdeu-se o consenso político à volta desta questão”. No entanto, segundo o mesmo, a solução técnica que foi apresentada na Câmara foi uma solução quase matemática da qual é quase impossível que se discorde. Acha que quem hoje se opõe a esta unidade de execução, mais do que se estar a opor ao que se está a votar, que é o sistema de direitos e deveres que cada uma das partes assume, e se a Câmara Municipal de Braga deve ou não assumir a posição da parte que se queira eventualmente excluir de um contrato de urbanização no âmbito deste plano, é a única coisa que podemos estar a discordar. Acrescenta que a questão do prédio de dez andares já foi votada, decidida e aprovada no mandato anterior. Todos os partidos, do ponto de vista daquilo que urbanisticamente se vai fazer nas Sete Fontes, que votaram a aprovação

do plano urbanístico das Sete Fontes antes e, entretanto, mudaram de opinião em relação ao que aprovaram há cerca de um ano atrás, agora alguns estão a votar de uma maneira diferente a mesma coisa. No segundo ponto, a negociação: depois se houver algum proprietário que não quiser prosseguir com o que está definido, a CMB será obrigada a substituí-lo na sua posição ou seja, se o proprietário não quiser avançar com o contrato de execução poderá pôr a sua posição à venda.-----

Bruno Goncalves pergunta se a única solução que a CMB dispõe neste momento é substituir-se.-----

Pedro Casinhas começa por cumprimentar todos os presentes. De seguida diz que a ideia que tem é que as várias unidades de execução foram todas previstas. Assim, há uma coisa que preocupa a CDU: o facto de se estar a avançar já com a execução das várias unidades e os procedimentos urbanísticos, mas não haver projeto de arquitetura urbanística para o parque. Acrescenta que o sistema de perequação utilizado lhe suscita algumas dúvidas, mas como foi consensualizado, funciona muito bem. A única questão que coloca é: haverá alguma ideia de quando haverá projeto de arquitetura urbanística para o parque?-----

João Rodrigues responde dizendo que já têm um plano de intenções para o parque e, nesta fase, já estão a ter reuniões internas no município para tomarem decisões. Vão começar as obras de edificação para disponibilizar o parque à população. Acha que o projeto não é o mais relevante, mas é uma das coisas em que estão a trabalhar.-----

José Pedro Machado pergunta se é só quando os proprietários estão sujeitos a um processo de licenciamento que a CMB toma posse dos terrenos. Assim, pergunta quando é que os bracarenses poderão contar com o parque.-----

João Rodrigues responde com o exemplo da unidade 6 em que o maior proprietário de terrenos com capacidade edificatória nessa unidade entrou no processo de licenciamento, mas que a partir do momento em que os contratos de urbanização estejam licenciados, o município pode avançar.-----

José Pedro Machado pergunta então se há um cronograma ao que **João Rodrigues** responde que para demonstrarem o empenho da CMB nos últimos 6 meses já delimitaram unidades de execução que correspondem a mais de 1/3 do parque e a 1/4 de toda a zona que é englobada pelo plano de urbanização das Sete Fontes. Têm ainda mais duas unidades de execução prontas para serem aprovadas pelo executivo municipal (zona de entrada do parque para que as pessoas possam usufruir do mesmo).-----

Pedro Casinhas diz que o risco que é avançar-se com as unidades de execução é avançar-se com a edificação só, porque enquanto não há projeto urbanístico só avança a edificação, não avança de facto o parque.-----

João Rodrigues considera que a forma mais expedita de tratar o assunto é como estão a fazer. Diz que podia pedir o projeto, esperar e deixar as unidades de execução encostadas a um canto. Assim, como estão a fazer, estão a avançar com as duas coisas.-----

Sandra Ribeiro começa por agradecer ao senhor Vereador a sua presença. De seguida diz que esteve a ver as atas da reunião da Assembleia Municipal e da reunião da CMB de 2019 e acha natural que todos tenham votado favoravelmente, uma vez que é um projeto do interesse de todos os bracarenses. Pergunta quando é que, verdadeiramente, vamos ter um espaço verde.-----

João Rodrigues esclarece que são 26 ou 27 unidades e que optaram por começar a delimitar as unidades que compõem as entradas do parque (unidade 6, depois 7 e a seguir a 4). A partir do momento em que tenham os contratos de urbanização celebrados com os particulares, o parque vai poder ser usado pelas pessoas.-----

Sandra Ribeiro pergunta se sabe em que ano isso vai acontecer, ao que o Senhor Vereador responde dizendo que não sabe responder a isso. Uma vez que depende do tempo que vai levar a concretização do projeto de arquitetura para o espaço, etc. No entanto, afirma que vai ser ainda neste mandato.-----

Francisco Nuno Ferreira pergunta se, tendo em consideração o problema do trânsito vai existir algum estudo para aquela zona. Pergunta ainda como se vai entrar e sair do hospital, etc.-----

João Rodrigues diz que no plano de urbanização já estão elencadas essas questões. No entanto, quando o parque estiver pronto poderá ter que ser feita mais qualquer coisa.-----

Francisco Nuno Ferreira reforça dizendo que é muito importante estudar-se o impacto do aumento do número de pessoas a entrar e a sair daquela zona.-----

De seguida, **Bruno Goncalves** pergunta qual, de entre as unidades de execução, é a que tem maior capacidade construtiva. **João Rodrigues** informa que é a unidade 7 e a que está mais avançada é a 6 (a que tem entrada junto ao Colégio das Sete Fontes). **Bruno Goncalves** pergunta também se, face aos diferentes estados de maturação das diferentes unidades de execução, podemos esperar que o município diga que inaugura o parque

como um puzzle e, portanto, a primeira unidade de execução será apresentada como o parque das Sete Fontes. **João Rodrigues** esclarece que as pessoas vão poder utilizar o parque conforme for disponibilizado pelo município. Por seu lado, este pode ser disponibilizado conforme vão tendo terreno disponível. Diz que se fala muitas vezes de plano de pormenor, mas esse plano de pormenor idealizado em 2011 disponibilizava à cidade cerca de 1/3 do que disponibiliza agora. Este plano de urbanização incide sobre 90 hectares de território (com 30 hectares de parque) e o de 2011 incidia sobre 26 hectares com apenas 11 de parque. Diz julgar que só aqui já há um ganho muito grande.-----

Bruno Goncalves agradece o esclarecimento e diz que não podemos dizer que o parque está pronto quando apenas uma parcela desse parque está pronta. Acontece o mesmo que com um campo de futebol: não se pode dizer que está pronto se apenas a parte à sua volta estiver concluída. Assim, a sua questão é: todas as unidades de execução estão concluídas ou apenas uma está concluída? -----

João Rodrigues diz que, ao contrário de um campo de futebol que para ser útil precisa de estar completamente pronto, o parque das Sete Fontes pode ser útil apesar de estar só uma parte pronta. Assim, o parque propriamente dito, como foi idealizado e projetado, só estará 100% concluído quando estiver realmente totalmente concluído, mas poderá estar disponível para os bracarenses usufruírem quando tiverem celebrado o primeiro contrato urbanístico. Acham que não é necessário terem o parque completamente pronto para o porem à disposição da população.-----

Sandra Ribeiro pergunta porque é que começaram pela parte construtiva.-----

João Rodrigues diz que não estão a começar pela parte construtiva, mas que estão a começar pelas unidades de execução do plano de urbanização que mais contribuirão para o parque das Sete Fontes propriamente dito. Isto acontece com a cedência das grandes parcelas de terreno para a construção do parque. Acha que há uma grande dificuldade das pessoas perceberem o que estão a aprovar. Por exemplo, na unidade de execução 6: nos 14 hectares que vão ser disponibilizados, 10 deles são para o parque e nos 3 hectares que são para construir, não significa que vão estar todos construídos. Diz não estarem a começar pela edificação, mas sim pelas parcelas que correspondem às entradas do parque. Acrescenta que na unidade 7 a maior parte são espaços verdes.-----

Pedro Teles cumprimenta todos os presentes e pergunta se podemos concluir que tanto a parte verde como a parte edificada vão avançar simultaneamente.-----

O senhor Vereador responde afirmativamente. **Pedro Teles** diz que é preciso avançar-se com o plano urbanístico o quanto antes. Declara que pode concluir que na perspetiva do município avançam simultaneamente, mas na prática avança a que chegar primeiro. O senhor Vereador confirma.-----

Pedro Borges de Macedo intervém dizendo que lhe mete confusão termos um parque com as características que aquele possuía e em que havia uma série de pessoas que não queriam vender e, sem fechar com os proprietários, na opinião dele, não pode existir execução. Ou seja, não podem chegar a um terreno privado e começar a executar. Ou chegam a um consenso, ou há expropriação ou qualquer outra coisa, mas para a obra começar tem que ter essa parte tratada. Pelo que sabe, já estão tratados 6 hectares e como o processo começou em 2011, não se pode esperar que em 2012, o parque esteja pronto. O Teatro do Ciro, por exemplo, demorou 6 anos para reabilitar, porque as coisas têm o seu *timing*. Na sua opinião, num parque daquela natureza o maior problema não é não ter um projeto de arquitetura paisagística, o problema maior é garantir que exista determinada área e que a CMB tenha acesso a ela, para poder trabalha-la.-----

Pedro Casinhas diz que o plano de urbanização foi feito com base no anteprojecto que é um esboço do que se queria que fosse o parque. A isto **Pedro Borges de Macedo** responde perguntando se então desde 2011 houve ou não avanços.-----

Tiago Teixeira diz que já se percebeu que não há datas e que isto é muito mau porque a população continua à espera do parque e não temos parque para lhe disponibilizar. Relativamente à parte técnica, diz que o anteprojecto que o Pedro Casinhas referiu era extremamente interessante, uma vez que tinha uma vertente de sustentabilidade de bastante elaborada. No entanto, havia uma questão que não estava muito explorada: existe muita área verde que vai desaparecer e, assim, vão desaparecer sumidouros de carbono. Pergunta se isto já foi revisto pelo departamento do ambiente e se é possível replantar isto. Pergunta ainda se vamos conseguir garantir que todo o património edificado vai ser mantido como está. Acrescenta que mais importante do que nos informar a nós é comunicarem à população o estado da situação uma vez que a população quer saber quando é que pode usufruir do parque. -----

João Rodrigues diz não se importar que coloquem questões técnicas. Afirma que não consegue ser mais sincero do que o que foi. Acrescenta que hoje não lhe consegue dizer quando é que o parque vai ficar pronto. Diz que tomou conta do dossier há um ano e, de lá até agora, tiveram avanços significativos.-----

Bruno Gonçalves diz entender que, além de não haver data, também não há contratos de contrapartida com muitos proprietários. Como as unidades 6 e 7 serão as primeiras a avançar e imaginando-se a hipótese de um proprietário começar a construir 6 meses depois da abertura do parque, pergunta se isto interfere na abertura do parque. Pergunta ainda se esta parcela do parque não abrirá antes desse ano.-----

João Rodrigues responde que há 1 ano para o proprietário iniciar as obras. Se não o fizer, o município substituir-se-á ao proprietário. Acrescenta que os proprietários que vão ter capacidade edificatória nesta zona da cidade são os primeiros interessados em que essas áreas de execução sejam delimitadas, portanto vão ser os primeiros a construir.-----

Bruno Gonçalves questiona se essa parcela do parque vai ser aberta ao público antes do proprietário começar a construir, ou seja, até que tenha passado esse ano.-----

João Rodrigues responde que a CMB pode abrir essa parcela ao público quando a tiver na sua posse.-----

Pedro Casinhas diz que o PS tem uma preocupação grande com os ditos proprietários. No entanto, lembra que em 2013 foi feita uma proposta de discussão do PDM na Assembleia Municipal e que o único partido que votou contra foi o PS. Lembra ainda que cerca de 1,5 anos depois foi apresentada uma proposta pelos técnicos da câmara e essa sim foi aprovada por unanimidade. Mas perderam-se dois anos. Assim, esse “tomar de dores” dos proprietários fica muito mal ao PS. Acrescenta que o fato de algumas forças terem culpas no cartório no atraso disto não lhes tira o mérito de agora quererem a concretização do parque. -----

António Lima pergunta se é possível que aconteça a mesma coisa em todas as 26 unidades, ou seja, o proprietário não construir e a CMB substituí-lo após 1 ano.-----

João Rodrigues diz que a CMB pode substituí-lo logo no início se o proprietário disser que não vai construir. Isto acontece em todas as unidades e este método já é conhecido por toda a gente. -----

De seguida, passou-se ao **terceiro ponto da Ordem de Trabalhos**, Informação prestada pelo Sr. Vereador João Rodrigues sobre a atual situação de alteração do PDM. **João Rodrigues** começou por informar que neste momento o único problema é quase uma inoperância porque estão desde março à espera que o Estado Central “se mexa” sobre o PDM para que a CMB possa avançar. Assim, não estão a dar à cidade a resposta que esta merecia. Submeteram a documentação toda à CCDRN no dia 18 de março de 2022; a

CCDRN tinha 10 dias marcar a primeira reunião e marcou-a para o dia 24 de junho e não têm mais nenhuma evolução por parte do Estado Central. Estão a aguardar. Precisam de uma resposta em relação ao mapa de classificação dos solos e não têm resposta. Esta revisão devia estar terminada em dezembro de 2021 e continuam parados desde março por não terem essa resposta. Acrescenta que há uma série de entidades que têm que se manifestar e que não o fazem porque têm uma grande incapacidade de resposta. -----

Sandra Ribeiro diz que o município de Braga adotou as medidas de apoio ao acesso à habitação e ao alojamento urgente em outubro de 2022. Pergunta se o município tomou medidas de concertação com estas alterações legislativas.-----

João Rodrigues diz que pode informar sobre a questão da habitação e de que forma a habitação está a ser trabalhada no âmbito do PDM; sobre se tem áreas de solo destinadas à habitação pública ou se têm áreas de solo reservadas a arrendamento acessível, etc, mas que relativamente a esse programa propriamente dito não sabe responder. Acrescenta que isso não tem que estar previsto em sede do PDM. Esta afirmação é reforçada por **João Marques**.-----

José Pedro Machado diz que nas palavras do senhor vereador o PDM vai responder a problemas da habitação. Assim, acha que não é descabido falar-se de habitação porque é do pelouro do senhor vereador. São questões correlacionadas.-----

Pedro Casinhas pergunta ao Senhor Vereador se tem dados em relação à execução do PDM anterior. Pergunta das várias unidades OPG, quantas delas foram executadas. Inquire ainda quantos PDM foram executados e porque não avançaram, quais foram os entraves.-----

João Rodrigues esclarece que há 1 ano não tinha sido executada nenhuma. Desde que tomou posse foram celebrados contratos para celebrarem algumas UOPG. -----

O senhor Presidente desta Comissão agradeceu ao senhor vereador a sua presença e este abandonou a reunião. Passou-se ao **ponto 4 da ordem de trabalhos** - Análise da organização no primeiro trimestre de 2023 de uma conferência sobre o Rio Este.-----

Sobre este tema o senhor Presidente desta Comissão, **Joaquim Barbosa**, propõe a realização de uma conferência sobre o Rio Este. Diz que o rio Este é um tema muito debatido na cidade, mas que nunca viu nenhuma informação pública que de alguma maneira seja prestada à população sobre os aspetos técnicos do rio, das descargas, do desenvolvimento que o rio tem tido ao longo dos anos, etc. Assim, diz que a ideia é fazer

uma conferência entre nós com pessoal técnico, mas aberta à população que poderia assistir. Esta seria baseada em 3 pontos:-----

- Qual a origem do problema do rio, ou seja, porque é que as descargas existem;-----

- Qual o estado da arte do rio Este atual;-----

- Quais são as perspectivas de futuro.-----

Propõe que se realize no primeiro trimestre de 2023.-----

Tiago Teixeira concorda com esta sugestão dizendo que desde que o PAN se formou em Braga se tem batido pelas condições do rio Este. Acrescenta que até promoveram uma petição pública para que o rio Este e as suas condições do rio sejam debatidas na Assembleia da República. Isto justifica-se pela importância que o rio tem para a cidade não apenas pelo problema das descargas no rio, mas também pelo problema do leito do rio que cada vez menos é propício às condições atuais. Diz que não se pode ser injusto e dizer que nada foi feito, uma vez que, ainda este ano, o executivo fez um contrato público para a referenciação das redes de saneamento pluvial que levam ao rio Este. No entanto, acha que foi feito pouco para o muito que podia ter sido feito. Chama a atenção para o facto de se chamarem técnicos internos uma vez que até a AGERE já foi multada por incumprimentos e ilegalidades relacionadas com o rio.-----

Joaquim Barbosa responde que devem ser técnicos da CMB, mas também podem vir técnicos de fora. Acrescenta que as condições do rio forma melhoradas imenso nestes últimos anos e que agora até possível ver-se miúdos a andar de caiaque, o que dantes não era possível.-----

Pedro Borges de Macedo pergunta se esta conferência vai ser similar à que foi feita no último mandato da Comissão. Diz que gostou muito do molde em que foi feita a outra. Ouviram intervenientes e no final fizeram debate. Acha que colocar a população a falar, na sua opinião, é pior.-----

José Pedro Machado diz que a questão que surge é se queremos uma conferência para capacitar os membros desta comissão ou se queremos uma para ouvir os bracarenses. Julga que seria mais interessante um exercício de capacitação dos membros da comissão.

Pedro Borges de Macedo acrescenta que a outra conferência foi para os membros da assembleia, mas transmitida pela internet e assim foi pública, e que foi muito interessante.

Esclarece que foi sobre o impacto da pandemia na economia. Reforça que o molde em que foi feita foi muito interessante.-----

Joaquim Barbosa diz que este é um problema que é público porque o rio Este é público. Assim acha que a população devia poder assistir, quer presencialmente quer pela internet. Neste sentido, considera que devia ser uma sessão aberta quer do ponto de vista das redes sociais quer do ponto de vista físico. -----

Fernando Silva acrescenta que se devia falar sobre outros rios, uma vez que têm outros problemas.-----

Pedro Casinhas pergunta qual é o objetivo da conferência: capacitarmos os membros da comissão ou de divulgação para o público? Considera que faz sentido a primeira modalidade e que seja transversal a várias temáticas. Não se deve excluir ninguém, incluindo a AGERE. Acrescenta que isto não invalida a transmissão e difusão do momento. Apenas o público não iria intervir.-----

João Marques diz que se abrimos ao público de uma maneira condicionada, este não tem interesse. Sendo publicitado permite que as pessoas ouçam e tomem notas, mas sem permitir o diálogo entre as pessoas. Acha que isso já não seria uma competência da comissão. Considera que nos devíamos centrar no nosso trabalho.-----

Pedro Borges de Macedo concorda com o que disse o João Marques. Acha mais importante nós conhecermos quais os tratamentos que são feitos, as causas das descargas do rio Este, que formas de prevenção podemos adotar, etc, do que estar em diálogo com 3 ou 4 pessoas que poderão vir para “incendiar as massas”. Pensa que o público poderá assistir sem intervir. Convidar associações e não a população.-----

Isabel Moreira considera que a população possa participar, mas sem intervenção.-----

Daniel Pinto concorda com esta modalidade. Diz que gostava que houvesse a participação dos serviços do município e de associações ambientais. Sugere que se convide a APA.-----

Tiago Teixeira gostava que houvesse a possibilidade de as pessoas se inscreverem para participar (como na AMB).-----

Bruno Gonçalves diz que, dada a natureza técnica da comissão, é um pouco difícil sermos especialistas em todas as matérias. Assim, estaríamos mais à vontade chamar aqui técnicos, organizações e a partir daí, no fim desta conferência, esta comissão devia

recomendar à AMB que esta organize uma conferência para a cidade. Assim, seriam dois momentos distintos. Público presente, mas sem intervir.

António Lima diz que as comissões sempre tiveram acesso aos técnicos pelo que sempre podemos elucidar as nossas questões quando quisermos. Quando viu que era uma conferência achou que era para o público e acha que este devia intervir uma vez que o rio Este é uma questão pública, assim, é importante ver o que as pessoas pensam.-----

Francisco Nuno Ferreira acredita que sem moderação não é positivo. Concorda permitir o acesso das pessoas à conferência, mas sem intervenção.-----

Pedro Casinhas diz que não está a sugerir que se deva tirar a palavra ao público, mas já temos a noção do essencial que o público vai dizer. Ele quer é ouvir entidades, nomeadamente externas, que têm responsabilidade naquela bacia hidrográfica e não sabe se virão se a conferência for aberta ao público. Gostava de ouvir a APA, CCDRN, etc.---

José Pedro Machado diz que a questão é o que é que queremos fazer nesta comissão: organizarmos uma conferência aberta aos bracarenses ou termos uma conversa, ouvirmos as entidades a falar para nos capacitarmos? Ou seja, promover uma conferência aberta ao público ou para a Comissão?-----

Raúl Rodrigues acha que devia sair desta reunião o formato da conferência, temas, entidades intervenientes (APA, meio académico), número máximo de oradores, etc. Sugere que se dedique o dia do Ambiente ao Rio Este e que se envolvam as crianças das escolas primárias nisso.-----

Joaquim Barbosa diz que ouviu as opiniões de todos e pede para enviarmos contributos para ele.-----

Não se procedeu a votação, mas acordou-se fazer a conferência com a presença do público, mas sem intervenção deste.-----

No que concerne ao ponto 5 - Outros temas introduzidos pelos senhores deputados -

Joaquim Barbosa propõe que se convide o Senhor Vereador Altino Bessa para debater 2 questões:-----

- fogos florestais do ano passado e o que se está a pensar fazer em 2023;-----

- a questão das chuvas e inundações na cidade.-----

Todos os presentes concordaram com esta proposta.-----

Joaquim Barbosa pergunta a todos os presentes se concordam que as reuniões desta comissão passem realizar-se às 21-15 ou 21.30 h. Todos concordaram.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida foi aprovada pelos eleitos presentes e que vai ser assinada pelo seu presidente e secretária.-----

O Presidente,-----

(Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa)

A Secretária,-----

(Maria do Pilar de Araújo Teixeira)